



# Licença de Operação



PROCESSO Nº 57927/2017

LO Nº: 01

ANO 2018

Nº Licença Anterior: RLI – 01/2017  
Data de Expedição: 31/03/2017

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal Nº 705/2008, de 25 de março de 2008, e de acordo com o Decreto Nº 10.600/2001 e em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica Nº 04/2017, celebrado junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, **EXPEDE** a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza a:

**Requerente: AGENCIA ESTADUAL DE GESTÃO E EMPREENDIMENTOS - AGESUL.**

**CPF/CNPJ:** 15.457.8566/0001-68

**Endereço do Empreendimento:** Final Rua Espírito Santo, S/N

**Bairro:** Zona Urbana **Município:** Nova Andradina

**CEP:** 79750-000

**Bacia Hidrográfica:** Paraná/Rio Ivinhema

**Área Ocupada Prevista:** 1.805,501 m<sup>2</sup>

**Área Total:** 40.000,00 m<sup>2</sup>

**Atividade:** ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE

**Capacidade:** 40L/s

**VALIDADE LICENÇA:** 04 anos

**Coordenada S:** 22° 15' 3,99"

**Coordenada W:** 53° 22' 2,94"

## Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a operação do empreendimento para a atividade de Sistema de Tratamento de Esgoto – ETE (Reator Anaeróbio de Leito Fluidizado e um Filtro Biológico), com capacidade de 40L/s;
2. O empreendimento deverá ser implantado de acordo com o projeto técnico, plantas memoriais descritivos e estudos apresentados e aprovados pelo IMASUL;
3. Deverá manter as vias de acesso ao empreendimento em boas condições de uso;
4. O dimensionamento e a estabilidade das estruturas que compõem o empreendimento são de responsabilidade técnica do empreendedor e seu responsável técnico;
5. Apresentar a PMNA/SEMDI, semestralmente a contar da data de assinatura desta licença, o relatório técnico de execução do Plano de Automonitoramento (PAM, acompanhado dos boletins de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente na entrada e na saída do sistema da estação de tratamento. O relatório deverá contemplar avaliação crítica da eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análise comparativa entre os resultados da entrada e saída; atendimento à legislação aplicável; tipo e local de amostragem; conclusões e ações remediadoras caso seja constatada a ineficiência do sistema, bem como todas as demais considerações pertinentes decorrentes dos resultados apresentados;
6. Deverá ser apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura desta licença cópia do Protocolo de um INFORMATIVO DE PRADE para Classe "B", conforme determina a Resolução SEMAC/MS nº27 de 19 de dezembro de 2008, de um projeto conforme instrução normativa nº 005/2009 do Ministério do Meio Ambiente – MMA de recuperação de uma Área de Preservação Permanente – APP na mesma sub-bacia hidrográfica, como medida compensatória ecológica pelas intervenções efetuadas na APP do Córrego Baile em atendimento à Resolução CONAMA nº 369/2006;
7. Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas;
8. O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados na Classe 2 segundo a NBR 10.004/2004, da Associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT, em especial a resolução CONAMA nº 307/2002 no que se refere à gestão dos resíduos da construção civil;
9. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a emissão de material particulado e queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros;
10. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade/projeto deverá ser previamente licenciada pelo IMASUL/SEMADE/MS;



11. O empreendedor deverá adotar medidas mitigadoras apresentadas.
12. Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza em qualquer estado, além da disposição inadequada destes mesmo resíduos, dentro da área do empreendimento ou na área de terceiros.
13. Fica proibida no empreendimento, a utilização direta ou indireta, da várzea do Córrego do Baile, como depósito de materiais, produtos ou destinação de quaisquer resíduos;
14. A SEMDI/PMNA, não autoriza o lançamento de qualquer material poluente no corpo d'água, podendo autuar em conformidade com a Lei Nº 705/2008.

**Condicionantes Gerais:**

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. Qualquer alteração na titularidade e/ou Razão Social da empresa deverá ser comunicada imediatamente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado/PMNA;
3. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental - SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
4. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado/PMNA reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Plano Básico Ambiental;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado/PMNA;
6. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA Nº 006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a esta Secretaria, sob pena de suspensão da Licença;
7. Esta licença deverá permanecer em local visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

**VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 04 anos da data de sua assinatura.**

**A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.**

Nova Andradina, 19 de janeiro de 2018.



**Prefeitura Municipal de Nova Andradina**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado**